

## Simpa suspende participação nos grupos de trabalho com o governo

Ao final da greve dos municipais, cumprindo o acordo firmado, foram instituídos três Grupos de Trabalho (GT) entre o Simpa e o governo municipal: GT Plano de Saúde, GT Plano de Carreira e GT do Assédio Moral. Durante mais de 60 dias, a direção do Sindicato reuniu-se periodicamente com os representantes do governo, sob a coordenação do secretário de Administração, Elói Guimarães.

O debate sobre o Plano de Saúde estava avançando, inclusive com o acolhimento de algumas das propostas deliberadas pela categoria na assembleia do dia 12 de agosto. Na reunião do dia 16 de setembro, fomos surpreendidos com uma nova posição do governo, que recuou radicalmente nos termos construídos. Segundo o secretário, o prefeito José Fortunati exige que se trabalhe na perspectiva de 100% de adesão da categoria, sem aumentar o valor do aporte financeiro da Prefeitura, que, hoje, é de R\$ 1,5 milhão, o que representaria um subsídio de R\$ 50,00, aproximadamente.

Essa postura é um desrespeito total a todo o trabalho desenvolvido e à própria palavra do prefeito, que dizia ser uma questão de honra resolver o problema da assistência à saúde dos municipais. É importante lembrar que, du-

rante dois anos, lutamos pelo IPE, que representaria um desembolso de R\$ 4 milhões, na época. Valor que nunca foi questionado.

No documento assinado ao final da greve, consta o compromisso com o plano de saúde dos municipais. Perguntamos: qual o valor da palavra empenhada pelo prefeito?

Nos outros grupos de trabalho as dificuldades também são grandes. Há uma grande resistência, por parte do governo, em aceitar as reivindicações da categoria. Num quadro tão adverso, a diretoria do Simpa decidiu suspender a participação nos GTs. Em audiência realizada no último dia 18, apresentamos a decisão ao vice-prefeito, Sebastião Mello, que se comprometeu de encaminhar a discussão junto ao prefeito. Também pautamos o “efeito cascata” e muito nos preocupou a postura do governo, que variou entre o desconhecimento e o des-caso.

Precisamos retomar a mobilização para não retroceder e superar os entraves na negociação. Nesse sentido, o Simpa está realizando reuniões nas regiões, assembleias por secretarias. Em nova reunião do CORES, no dia 25 de setembro, serão deliberadas novas ações de luta, entre elas um ato de protesto.

## Cálculo da remuneração pode ser alterado com prejuízos aos servidores

O Ministério Público do Estado ingressou com ação civil pública, em julho de 2010, objetivando a revisão do cálculo da remuneração dos servidores municipais ativos e aposentados, a partir de 1998. O pedido visa à adequação dos cálculos da remuneração com base nas regras contidas na Emenda Constitucional 19/98, a qual determina o fim do “efeito cascata”. Compreende-se como “efeito cascata” a incidência de gratificações e vantagens umas sobre as outras. Exemplificando: o cálculo do regime é realizado sobre vencimento somado aos triênios, sendo

que o mesmo também incide sobre FGs, cargo em comissão e outras. Neste sentido, a referida EC19/98 determina que a incidência seja apenas sobre o básico, portanto, a ação pede a correção deste cálculo.

As decisões da Justiça na ação do MPE, que até agosto de 2014 eram favoráveis aos servidores, foi modificada pelo Tribunal de Justiça, que determinou a revisão do cálculo. Os efeitos da ação não são retroativos e passam a valer a partir do seu término.

Apesar da Administração ter recorrido da decisão, a matéria é pacífica nos tribunais no sentido de cum-



primento das normas contidas na EC19/98. Nessa perspectiva, a diretoria do SIMPA buscou o governo municipal para abrir a discussão das formas do cálculo da remuneração, sem que haja prejuízo financeiro para a categoria.

## Ação para reaver perdas com a conversão da URV

O SIMPA firmou parceria com escritório de advocacia para o ajuizamento das ações visando o recebimento de perdas salariais referente à conversão irregular dos salários, em 1994, do cruzeiro real para a Unidade Real de Valor (URV), que antecedeu o Plano Real. O atendimento aos filiados e demais servidores será realizado na sede do Sindicato. Será disponibilizado um advogado para atendimento aos interessados, em horários pré-determinados.

Os honorários advocatícios serão cobrados somente em caso de vitória da ação judicial. Para os filiados, quando houver a correção do salário

do servidor, serão cobradas duas parcelas do valor que for acrescido no salário e, ao final do processo, 15% do valor obtido a título de atrasados. O valor da perícia para a fase de liquidação processual será de R\$ 200,00.

A cobrança, para os servidores não filiados será de quatro parcelas do valor que for acrescido no salário e, ao final do processo, 20% do valor obtido a título de atrasados. A perícia para a fase de liquidação processual terá o valor de R\$ 300,00.

O escritório assume o compromisso de manter os servidores informados do seu processo, por carta, e-mail ou ligação telefônica.

# TERCEIRIZAÇÃO É PRECARIZAÇÃO

## TERCEIRIZAÇÕES sem controle

A política de terceirização adotada pela Prefeitura de Porto Alegre é sistematicamente denunciada pelo Simpa. A transferência de responsabilidades do gestor em áreas prioritárias da organização municipal coloca em risco a qualidade dos serviços, cria brechas para a corrupção e o desvio de recursos públicos e contribui com a precarização do trabalho.

São diversas as denúncias e investigações em andamento envolvendo a Prefeitura e empresas terceirizadas. Na saúde, o caso da empresa Solus, investigada pelo desvio de R\$ 9

milhões, é emblemático. No caminho da terceirização, crescem o número de contratos irregulares, alguns mantidos sem licitação, de empresas que exploram os trabalhadores e não cumprem com as regras da legislação trabalhista, faltando até com o pagamento dos salários e levando a descontinuidade dos serviços prestados.

O Simpa é contra a terceirização porque desqualifica os serviços prestados à população, precariza as relações de trabalho e desvaloriza os servidores.

## DMAE: terceirização esconde processo de privatização

No DMAE, muitas atividades estão sendo gradativamente terceirizadas, caracterizando um processo de privatização dos serviços de água e esgoto na Capital. Hoje, os serviços de portaria, limpeza e manutenção, corte de água, repavimentação, carros pipas e automação são executados por empresas contratadas. A precarização do trabalho, a contratação com baixos salários, a rotatividade de trabalhadores se reflete em serviços de baixa qualidade, fazendo com que a população fique horas sem o abastecimento de água.

Para justificar a terceirização, a direção do DMAE promove o sucateamento dos serviços. Na “bola da vez” está a atividade de leiturista.

Hoje, para dar conta do serviço na cidade, seriam necessários 80 leituristas, mas o serviço é executado com menos de 30 servidores e o edital para a terceirização já foi elaborado. O setor que faz a manutenção preventiva nas casas de bombas e nas hidráulicas também está em planejamento da terceirização.

Essa é a concepção do gestor do Departamento, que já afirmou, em outras ocasiões, preferir a contratação de empresas privadas. O Simpa já encaminhou ofício pedindo informações sobre as terceirizações e está buscando a realização de audiência pública para expor o problema à sociedade.

A coleta do lixo e o DMLU estão totalmente terceirizados.

O governo pretende o mesmo com a SMOV, o DEP, a SMAM e o DMAE.



Trabalhadores sem equipamentos de proteção e obras sem supervisão.

## GASTOS COM A TERCEIRIZAÇÃO SÓ AUMENTAM

2013	R\$ 1.187.440.510,15
2012	R\$ 1.135.734.614,03
2011	R\$ 920.561.561,24
2010	R\$ 814.799.514,37
2009	R\$ 739.067.183,73

FONTE: Despesas com outros serviços de terceiros - FAZENDA - Documentos e Publicações - Balanço das Finanças [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p\\_secacao=161](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_secacao=161)

## Simpa reivindica segurança nas escolas

O Simpa e a Atempa, em reunião com o vice-prefeito, reivindicaram a presença da Guarda Municipal em todas as escolas da rede municipal. A contratação de uma empresa terceirizada para portaria foi rejeitada e, junto com representantes do CORES da Guarda, foi apresentada a proposta emergencial de ampliação das horas-extras dos guardas municipais para atender a demanda. Foi enfatizada a importância de um debate amplo sobre segurança.

### GESTÃO 2013-2016

Direção Geral: Solange Correa, Silvana Conti e Deborah Xavier Diretora Administrativa: Leila Thomassim Diretora Administrativa Adjunta: Denise Ferreira Diretor Financeiro: Antonio Carlos Carracho Diretor Financeiro Adjunto: Raul Giacobone Diretora de Comunicações: Carmen Padilha Diretor Adjunto de Comunicações: Carlos Giovanni Machado Diretor de Formação Sindical: Alexandre Dias Abreu Diretor Adjunto de Form. Sindical: Sérgio Brum Diretor de Assuntos Jurídicos: César Schunk Diretora Adjunta de Ass. Jurídicos: Ana Rita F. da Silva Diretora de Saúde do Trabalhador: Fabiana Sanguine Diretor Adjunto de Saúde de Trab.: Jorge Xavier Diretora de Cultura, Esporte e Lazer: Veridiana Machado Diretor Adj. de Cultura, Esp. e Lazer: Jorge Vanderlei Delfino Diretora de Ações de Combate à Opressão: Ana Maria Bombassaro Diretora Adj. de Ações de Combate à Opressão: Maria José da Silva (Zezeh)

## ▶ TERCEIRIZAÇÃO É PRECARIZAÇÃO

**SMED: contratos "confusos"**

Na Educação, a terceirização está presente em todas as 97 escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre, nos serviços de limpeza e cozinha. A Prefeitura mantém um contrato com a empresa Cotrario Cooperativa de Trabalho Riograndense Ltda, referente à contratação de auxiliar de cozinha, auxiliar de serviços gerais e cozinheiras. O contrato inicial com a empresa não está disponível no Portal Transparência e os documentos dos termos aditivos são confusos, faltam folhas e não esclarecem sobre prazos de validade, valores e responsabilidades da contratada.

A empresa não faz a supervisão do trabalho nas escolas e as direções acabam sobrecarregadas com tarefas que deveriam ser executadas pela terceirizada, como a seleção de funcionários para as funções. Os contratados reclamam que rece-

bem com atraso, que o pagamento do vale-transporte e vale-refeição é fracionado e menor do que o devido, e que estão com mais de dois anos de férias vencidas e não recebem uniformes regularmente.

As irregularidades trabalhistas cometidas pela Cotrario já foram motivo de audiência do Ministério Público do Trabalho, para tratar de atrasos nos pagamentos do abono-família, do vale-refeição e do FGTS, além de problemas com o repasse de vale-transporte. Mesmo assim, a Prefeitura segue aditivando o contrato. **A última alteração prevê R\$ 21.013.827,20, para o período de julho a dezembro de 2014, considerando a contratação de 1.002 terceirizados, o que equivale a um repasse mensal de R\$ 3.495,31 para cada funcionário.**

**SAÚDE: o gasto aumenta e a oferta de serviços não amplia**

Na Saúde, a terceirização acontece através da Estratégia de Saúde da Família. Depois de vários escândalos de corrupção envolvendo a contratação de empresas privadas, o governo criou o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF). O SIMPA, em conjunto com o Fórum em Defesa do SUS, ingressou e ganhou ação que considera a criação do Instituto um ato inconstitucional. Mesmo com a decisão da Justiça, o governo segue com a política e, ao invés de ampliar os serviços, com servidores estatutários, converte as unidades básicas de saúde em ESF. A situação cria uma mistura de profissionais atuando com regimes e vínculos diferentes, precarizando as condições de trabalho.

Grande parte dos recursos da Saúde são utilizados na contratação de serviços terceirizados. Um exemplo são os laboratórios de análises clínicas municipais, onde a Prefeitura, ao invés de manter os serviços públicos, prefere destinar as verbas para empresas privadas.

Nas unidades de saúde, a limpeza e a vigilância são terceirizadas. As precárias condições de trabalho e a falta de pagamento de salários e direitos trabalhistas já levaram à paralisações e à interrupção do atendimento à população.

COOPERATIVA DE TRABALHO RIOGRANDENSE LTDA				
DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO JUNHO/2014				
Admitido em: [REDACTED]		Cargo: [REDACTED]		N.º CPF: [REDACTED]
Emp: [REDACTED]		SETOR: [REDACTED]		
Salário: 892,18				
Código	Descrição	Referência	Previdentes	Descontos
1	SALARIO	200,00	892,18	
219	ADIC. INSA. AUX. 20%	200,00	152,28	
77	MENSALIDADE SINDICAL			10,00
200	VALE TRANSPORTE	200,00		41,53
218	VALE ALIMENTACAO	20,00		36,00
901	I.N.S.S.	8,00		87,55
Base INSS 844,46		Base RRF 507,20	Total Previdentes 844,46	Total Descontos 155,08
Base FGTS 87,56		FGTS a receber 87,56	<b>LÍQUIDO 689,38</b>	

Auxiliar de serviços gerais recebe valor menor que o salário mínimo nacional, quando o correto é o salário mínimo regional – faixa II, no valor de R\$ 887,09.

**FASC: na contramão do SUAS**

Hoje, a FASC mantém quatro empresas terceirizadas para a prestação dos serviços de limpeza, portaria, trabalhadores administrativos e técnicos de enfermagem.

Na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a FASC fez convênio com a SOME – Entidade, que contrata a equipe de 120 educadores, com atuação nos 22 CRAS e oito CREAS nove advogados, um para cada CREAS, e 44 técnicos, dois para cada CRAS. Também estão em andamento o pregão eletrônico para o Centro de Referência a População de Rua III, prevendo a terceirização de quatro assistentes sociais (30h), um psicólogo e 10 educadores sociais; e um edital para a contratação de outros nove assistentes sociais.

O princípio do SUAS, previsto na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, que prevê a despreciação dos vínculos de trabalho, ainda está longe de ser alcançado, mesmo com a aprovação da reestruturação da Fundação. O cronograma de reescalonamento previsto na nova legislação se estende até 2021. Enquanto isso continua a terceirização de profissionais nas áreas de psicologia, serviço social, nutrição e advocacia, além de educadores sociais.